

À ILUSTRÍSSIMA SENHORA ELIDIANE MARIA RIBEIRO DA SILVA - AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ - SP.

REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 226/24

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "CRAS", DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ – CONVÊNIO Nº 001167/2024.

A empresa **LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.651.342/0001-41, estabelecida na Rua Coronel Joaquim Teotônio de Araújo, nº 174 Sala 12 – Centro na cidade de Piraju – SP – CEP: 18.800-021, vem, por intermédio seu representante legalmente habilitado, perante Vossa Senhoria, com a devida reciprocidade de respeito, com fulcro legal à alínea "c", inciso I do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do item 9 do referido edital, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão proferida por Vossa Senhoria, que declarou INABILITADA a Recorrente e habilitou a licitante ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, pelas razões de fato e direito a seguir expostas.

DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se da Concorrência Eletrônica nº 04/2024, promovida pela Prefeitura do Município de Taguaí/SP, cujo objeto é a *"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "CRAS", DO MUNICÍPIO DE TAGUAÍ – CONVÊNIO Nº 001167/2024"*.

No dia 22/01/2025, a LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, participou da sessão pública do certame por meio do sistema da PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br), concorrendo com as licitantes: CONSPRU ENGENHARIA LTDA, CONSTRUTORA PORTAL DO VALE LTDA, MARTINS ESTRUTURA METÁLICA LTDA e ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA.

Durante a fase de análise da documentação das licitantes, foram solicitadas diligências às licitantes CONSPRU ENGENHARIA LTDA, CONSTRUTORA PORTAL DO VALE LTDA, MARTINS ESTRUTURA METÁLICA LTDA e ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA.

Após o prazo concedido para cumprimento das diligências, a Ilustre Agente de Contratação inabilitou a empresa CONSPRU ENGENHARIA LTDA por descumprimento das exigências.

Semanas depois, foi publicado o despacho de julgamento da habilitação, declarando INABILITADAS as licitantes CONSPRU ENGENHARIA LTDA, CONSTRUTORA PORTAL DO VALE LTDA, MARTINS ESTRUTURA METÁLICA LTDA e LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, habilitando apenas a empresa ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA.

Contudo, a decisão proferida de inabilitação da Recorrente sob a alegação de não comprovação integral da capacidade técnica operacional não se sustenta, pois a empresa apresentou documentação que atesta sua plena qualificação técnica, conforme as circunstâncias fáticas adiante explicitadas.

Da mesma forma, a habilitação da empresa ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, sob a justificativa de que teria atendido integralmente às exigências do edital, deve ser anulada. A análise da documentação apresentada pela referida empresa evidencia que ela não atendeu integralmente aos requisitos exigidos, especialmente no que se refere à comprovação de capacidade técnica operacional e profissional para os serviços de maior relevância técnica exigidos.

Com a devida *vênia*, a decisão da Agente de Contratação contraria os princípios norteadores do processo licitatório, afrontando o arcabouço jurídico vigente e comprometendo a segurança jurídica do presente certame.

Por esta razão, fez-se necessária a interposição do presente recurso administrativo, **com o objetivo de retificar o ato administrativo que inabilitou a empresa LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA e habilitou indevidamente a ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA.**

TEMPESTIVIDADE

Do direito de apresentar o Recurso, a Lei nº 14.133/2021, Art. 165, estabelece o seguinte:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I. - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;” (grifos nossos)

Ademais, é direito fundamental de todo e qualquer cidadão, o exercício do contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos através do direito de petição, ambos consagrados no artigo 5º da constituição federal.

“ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:”

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

Ainda, pelo princípio da autotutela administrativa, previsto pela súmula 473 do STF, a administração pública poderá rever seus próprios atos a **qualquer tempo, quando constatados vícios que os tornem ilegais**. Vejamos:

“Súmula 473:”

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” (grifo nosso)

Considerando que a Recorrente formalizou sua manifestação de interposição de recurso em relação à decisão em 18 de fevereiro de 2025 e que o prazo para apresentação dos recursos teve início em 21 de fevereiro de 2025. Assim, tem-se que como prazo final para interpor recurso o dia 25 de fevereiro de 2025, desse modo, não restando qualquer dúvida sobre a tempestividade do feito.

DO MÉRITO DO RECURSO

Primeiramente, cumpre ressaltar que as decisões da Ilustríssima Agente de Contratação e sua Comissão devem ser tomadas em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo a ser observada a submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da igualdade, do interesse público, da transparência, da motivação, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade e da economicidade, sob os quais o art. 5º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, dispõe:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da

probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).” (grifo nosso)

1) DA EQUIVOCADA DECISÃO DE INABILITAR A RECORRENTE.

Após ter conhecimento do despacho de decisão de julgamento da habilitação das licitantes, a Recorrente se surpreendeu por ter sido inabilitada pelo seguinte motivo:

“3. LIBRAS PROJECT & BUILDING LTDA

Situação: Inabilitada

Motivo:

a) Não comprovou totalmente a capacidade técnica operacional conforme Parecer Técnico inserido neste despacho como Anexo III.”

Veamos a análise sobre a documentação técnica da LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA feita pelo Engenheiro Responsável Técnico da Prefeitura em seu “Parecer Técnico de Engenharia”:

“Mediante análise técnica e da documentação de habilitação apresentada pelas empresas participantes, conclui-se:

(...)

3) que a empresa LIBRAS PROJECT & BUILDING LTDA não atende os critérios de qualificação técnica, por não ter comprovado todas as exigências editalícias, inclusive comprovação de capacidade operacional e profissional (serviço: 1.6 - Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro), não possuindo assim os requisitos expressamente exigidos pelo edital;”

Com base nisso, relacionamos a seguir os atestados apresentados pela Recorrente objetivando a comprovação de capacidade técnica exigida no edital:

Item	Atestado/CAT nº	Contratante	Objeto/Obra
1	Atestado/CAT nº 2620240004224	ALFANI HOLDING E ADMINISTRACAO PATRIMONIAL LTDA	Obra de construção de um imóvel Unifamiliar, com área total de 110,49 m²
2	Atestado/CAT nº 2620240004116	ALFANI HOLDING E ADMINISTRACAO PATRIMONIAL LTDA	Obra de reforma do Edifício Cidade de Piraju, com área total de 1.090,00 m²
3	Atestado/CAT nº 2620210010543	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES	Obra de construção de duas salas de aula na Creche Maria Ramida III, com área de 135,49 m²
4	Atestado/CAT nº	MUNICÍPIO DE BERNARDINO DE	Obra para reabilitação e

	2620200009374	CAMPOS	readequação da Praça Matriz.
5	Atestado s/ numeração	EURO CONSTRUTORA LTDA	Obra de construção de Quadra Poliesportiva e Reforma Geral da ETEC Santa Fé do Sul, com área de 2.953,65 m ²

A análise técnica do responsável técnico da Administração Municipal, alegou que a Recorrente, descumpriu o edital por não ter comprovado sua capacidade técnica operacional e profissional para o item de “Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”. Contudo, o Ilustre Engenheiro Civil, não explicitou por qual motivo a LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, não conseguiu comprovar a capacidade para o referido item.

O item “Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”, mencionado pelo Engenheiro Civil, consta no edital com uma das exigências de comprovação técnica, conforme os itens 7.6.1.4.1.1.b (capacidade operacional), 7.6.1.4.1.2.b (capacidade profissional) do edital e o item “d.1” da cláusula III do Estudo Técnico Preliminar, vejamos:

“7.6.1.4.1.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

A documentação relativa à Capacidade Técnica Operacional consistirá em:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do São Paulo deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Estado de São Paulo antes da assinatura do contrato.

b) Comprovação de possuir em nome do Licitante, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica referente à execução de obras equivalentes a 50% das parcelas de maior relevância descritas na descritas na alínea d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar que é parte integrante deste edital e está nomeado como Anexo I do Termo de Referência, observando o nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Nº14.133/2021.”

“7.6.1.4.1.2. CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL: *A documentação relativa à Capacidade Técnica Profissional consistirá em: a) Declaração de Capacidade Técnica Profissional, conforme Anexo VIII.*

a) Declaração de Capacidade Técnica Profissional, conforme Anexo VIII.

b) Comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços constantes na alínea d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar que é parte integrante deste edital e está nomeado como Anexo I do Termo de Referência, com a comprovação de sua disponibilidade para a execução do objeto.”

“III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Além das exigências de praxe, a CONTRATADA deverá:

a) atender às normas contidas na Resolução Nº1.024 de 21 de agosto de 2009, que

dispõe sobre a obrigatoriedade do Livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia, Arquitetura, Geografia, Meteorologia e demais profissões vinculadas ao Sistema CONFEA/CREA, durante a execução contratual.

b) utilizar, para realização dos serviços, equipamentos próprios condizentes ao trabalho de modo a não agredir a arborização urbana nos locais de intervenção.

c) apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional referente à execução da obra, devidamente assinada e recolhida de acordo com o objeto e valor do contrato, por ocasião da assinatura do contrato.

d) apresentar, junto aos documentos de habilitação, atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (CREA), que comprovem que a licitante tenha executado obras equivalentes a 50% das parcelas de maior relevância do objeto em tela, observando o nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Nº14.133/2021.

d.1) as parcelas de maior relevância de que trata a alínea “d” da cláusula III deste ETP são:

CRITÉRIOS DE RELEVÂNCIA					
SERVIÇO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE PROJETADA	QUANTIDADE NECESSÁRIA
1	1.6	Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro	M2	509,65	254,83
2	2.1	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	3708,16	1854,08
3	2.2	Telhamento em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, tipo sanduíche, espessura de 0,50 mm, com poliuretano	M2	463,52	231,76
4	2.3	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 26 - corte 0,50 m	M	330,08	165,04
5	2.4	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	M2	330,08	165,04
6	2.6	Emboço comum	M2	660,16	330,08

Portanto, para comprovação da capacidade técnica operacional do item “*Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro*”, as licitantes deveriam apresentar atestados que comprovassem a execução da quantidade mínima necessária, no caso, de 254,83 m².

Assim sendo, a LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, apresentou dois atestados técnicos para comprovação do item em questão, dos quais um foi emitido pelo Município de Bernardino de Campos, onde a Recorrente **executou 42,81 m² de Remoção de trama de madeira para cobertura, de forma manual, sem reaproveitamento**, item com características similares ao exigido em edital.



Pérola do Planalto

MUNICÍPIO DE BERNARDINO DE CAMPOS

Praça Quintino Bocaiuva, 31, Centro - Bernardino de Campos, Estado de São Paulo
- CEP 18960-000 - Cx Postal 51 - Fone/ Fax: (14) 3346-8005

Site: www.bernardinodecampos.sp.gov.br

email: secretariadeobras@bernardinodecampos.sp.gov.br

CNPJ: 44.563.591/0001-80

IE: Isento

	LARG = 2,20 COMP = 6,20M ALT = 2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA		
1.1.3	TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, E= 6MM, COM PINTURA A CAL E REAPROVEITAMENTO DE 2X	M2	31,50
1.1.4	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVES DE GADARITO DE TADUAS CORRIDAS PONTALETADAS, COM REAPROVEITAMENTO DE 3 VEZES.	M2	12,00
1.2	DEMOLICÕES		
1.2.1	DESMONTE MANUAL DE PEDRA PARA PAVIMENTO POLIEDRICO	M2	1.600,00
1.2.2	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO SIMPLES - CPOS 174	M3	4,50
1.2.3	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO AF 12/2017	M2	42,81
1.2.4	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO AF 12/2017	M2	42,81
1.2.5	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	M3	40,50
1.2.6	RETIRADA DE REVESTIMENTO EM PEDRA, GRANITO OU MARMORE, EM PAREDE OU FACHADA - CPOS 174	M2	506,63
1.2.7	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	M	2.000,00
1.2.8	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	UNID.	42,00
1.2.9	RETIRADA DE POSTE OU SISTEMA DE SUSTENTAÇÃO PARA ALAMBRADO OU FECHAMENTO - CPOS 174	UNID.	42,00
1.2.10	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA, DMT 0,5 A 1,0 KM	M3	86,00
2	REFORMA DO CORETO		
2.1	RAMPA DE ACESSO		
2.1.1	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. AF 12/2015	M2	8,00
2.1.2	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE BRITA 2-DRENOS E FILTROS MM	M3	1,60
2.1.3	ARMACAO EM TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA Q-138, ACO CA-60, 4,2MM, MALHA 10X10CM	KG	39,60
2.1.4	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 07/2016	M3	6,40
2.1.5	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE	M3	6,40

[Handwritten signature]

O PRESENTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP.
CAT No: 262020009374 - 16/10/2020 16:52:58 - Autenticação Digital: n0JxC20Ggxn5Ckxk05Fkk3GCA0KJFKK.

O segundo atestado, emitido pela Euro Construtora Ltda, demonstra que a Recorrente executou os seguintes serviços e quantificações:

- **Retirada de Estrut. de Madeira em Tesoura para Telhas de Barro sobre Vão Livre: 71,98 m²;**
- **Retirada de Estrut. de Madeira em Tesoura, Pontal ou Mista p/Telha Fibro-Cim. Sobre Laje: 1.010,00 m²;**
- **Retirada de Estrut. de Madeira em Tesoura, para Telha de Fibro-Cim. Sobre Vão Livre: 204,73 m².**



5	COBERTURA		
5.01	EM TESOURAS PARA TELHAS OND CIM-AM/AL/PLAST - VAOS DE 10,01 A 13,00 M	M2	60,00
5.02	EM TESOURAS PARA TELHAS OND CIM-AM/AL/PLAST - VAOS DE 13,01 A 18,00 M	M2	70,00
5.03	TELHA GALVALUME / ACO GALV SANDUICHE E=50MM (PUR) / (PIR) TRAPEZ H=40MM NAS DUAS FACES E= 0,50MM COM PINT FACES APARENTES.	M2	1.587,85
5.04	CUMEEIRA ACO GALV PINT PO/COIL-COATING PERFIL TRAPEZ H=100MM E=0,65MM	M	62,92
5.05	RUFO DE ACO NATURAL SIMPLES E=0,5MM	M	16,50
5.06	RUFO LISO DE ACO GALV NATURAL E=0,65MM CORTE ATE 300MM	M	56,20
5.07	RETIRADA DE ESTRUT DE MADEIRA EM TESOURA PARA TELHAS DE BARRO SOBRE VAO LIVRE	M2	71,98
5.08	RETIRADA DE ESTRUT DE MADEIRA EM TESOURA, PONTAL OU MISTA P/TELHA FIBRO-CIM SOBRE LAJE	M2	1.010,00
5.09	RETIRADA DE ESTRUT DE MADEIRA EM TESOURA, PARA TELHA DE FIBRO-CIM SOBRE VAO LIVRE	M2	204,73
5.10	RETIRADA DE TELHAS OND DE FIBRO-CIM/PLAST OU ALUM/PLANA PRE FAB - S/REAPROV	M2	1.587,85
5.11	RIPAS DE 5 X 1,5 CM G1-C6	M	168,00
5.12	CAIBRO DE 5 X 6 CM G1-C6	M	144,00
6	REVESTIMENTOS DE PAREDE E TETO		
6.01	CHAPISCO	M2	2.399,35
6.02	EMBOCO DESEMPENADO	M2	2.399,35
6.03	REBOCO	M2	67,96
6.04	REVESTIMENTO COM AZULEJOS LISOS, BRANCO BRILHANTE	M2	690,14
6.05	CANTONEIRA DE ABAS IGUAIS 1"X1/8" ALUMINIO	M	8,80
6.06	REVESTIMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, LIGA 18,8, CHAPA 20, ESPESSURA DE 1 MM, ACABAMENTO ESCOVADO COM GRANA ESPECIAL	M2	15,73
7	FORROS		
7.01	FORRO EM LÂMINA DE PVC 200MM E = 7 OU 8MM	M2	313,28
7.02	ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR 20X20 GALV. E=0,95MM MALHA 1,20X0,40M P/SUSTENTAÇÃO DE FORRO PVC	M2	313,28
7.03	RETIRADA DE FORROS DE MADEIRA PREGADOS (PLACAS OU TABUAS)	M2	107,88
8	REVESTIMENTOS DE PISOS		
8.01	ARGAMASSA DE REGULARIZACAO CIM/AREIA 1:3 ESP=2,50CM	M2	1.535,51
8.02	CIMENTADO DESEMPENADO ALISADO E=3,50CM INCL ARG REG	M2	1.530,50
8.03	LADRILHO HIDRAULICO 25X25 E=2CM - PISO TATIL DE ALERTA	M2	14,24
8.04	LADRILHO HIDRAULICO 25X25 E=2CM - PISO TATIL DIRECIONAL	M2	28,25
8.05	FAIXA ANTIDERRAPANTE A BASE DE RES.E AREIA QUARTZOSA L=4CM	M	61,40
8.06	GRANILITE CINZA / CIMENTO COMUM 8MM C/ POLIMENTO	M2	1.192,80
8.07	QE-34 QUADRA DE ESPORTES/PISO FIBRA POLIPROPILENO CORRUGADO/FUND DIR	M2	600,00
8.08	RODAPES DE GRANILITE SIMPLES DE 10 CM	M	697,80
8.09	RETIRADA DE PISO DE PEDRA	M2	799,75
8.10	PAVIMENTACAO ARTICULADA SOBRE BASE AREIA GROSSA E=5A6CM	M2	799,75
8.11	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA DE SUPERFÍCIE, SEM CONTROLE DO PROCTOR NORMAL	M2	799,75
8.12	GUIAS PRÉ-MOLDADAS TIPO PMSP	M	34,40

Rua Cel. Joaquim Teotônio de Araújo, nº 174 - Sala 14 - Centro - Piraju/SP - CEP: 18.800-021
 Fone: (14) 3351-7258 - euofabrizzi@yahoo.com.br

Com a soma dos dois atestados acima, a LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, demonstrou a execução de **1.329,52 m² de serviços com características semelhantes e compatíveis com o item “Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”**, muito superior aos 254,83 m² exigidos no edital, comprovando satisfatoriamente sua capacidade técnica operacional.

Além disso, a Recorrente também demonstrou a capacidade técnica profissional do seu Engenheiro Civil, por meio da Certidão de Acervo Técnico nº 2620200009374, juntamente com o Atestado Técnico emitido pela Prefeitura do Município de Bernardino de Campos, em conformidade com o item 7.6.1.4.1.2.b do edital, senão vejamos:



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução No. 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
2620200009374
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no. 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, o Acervo Técnico do profissional LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO
Registro: 5069231579-SP RNP: 2612817786
Título Profissional: Engenheiro Civil

Número ART: 28027230191005948 . Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 08/08/2019 Baixada em: 25/09/2020
Forma de Registro: INICIAL
Participação Técnica: INDIVIDUAL
Empresa Contratada: LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA

Contratante: Município de Bernardino de Campos
PRAÇA Quintino Bocaiuva No.: 31
Complemento: Bairro: Centro
Cidade: Bernardino de Campos UF: SP CEP: 18960000 . PAIS: BRASIL
Contrato: Celebrado em: 22/07/2019
Vinculado à ART:
Valor do Contrato: R\$ 348.676,14 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Endereço da Obra/serviço: PRAÇA Quintino Bocaiuva No.:
Complemento: Bairro: Centro
Cidade: Bernardino de Campos UF: SP CEP: 18960000 . PAIS: BRASIL
Data de início: 06/08/2019 Conclusão Efetiva: 05/12/2019 Coordenadas Geográficas:
Finalidade: OUTRO
Proprietário: Município de Bernardino de Campos CNPJ: 44.563.591.0001-80
Atividade Técnica: 1) Execução, Execução, Reforma. 1,00000 unidade.

Observações

ART de Serviços de Reabilitação e Readequação da Praça da Matriz, cito a Praça Quintino Bocaiuva, Bernardino de Campos -SP ..

Informações Complementares

Atividades e quantidades executadas conforme atestado vinculado à presente certidão.
O atestado está vinculado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da ENGENHARIA CIVIL

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT - o atestado apresentado pelo profissional acima, contendo 5 folhas, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico No. 2620200009374
16/10/2020 16:52:58
Autenticação Digital: n0JxCz0gGgxn5Cxxk05FkK3GCA0KJFKk

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SP (www.creasp.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 Pinheiros São Paulo-SP, CEP 01452-920
Telefone: 0800.171811 - www.creasp.org.br opção 'Atendimento' link 'Fale Conosco'



CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo

Assim, a Recorrente comprova a sua capacidade técnica profissional de acordo com o item 7.6.1.4.1.2.b do edital, onde as licitantes deveriam comprovar que possuíam profissional de nível superior, detentor de Acervo de Responsabilidade Técnica (ART ou CAT) para os serviços constantes na alínea d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar.

Ressalta-se que para a comprovação da capacidade técnica profissional é vedada a exigência quantitativos mínimos ou prazos máximos, conforme a Súmula nº 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

“SÚMULA Nº 23 - Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico-profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos.” (grifos nossos).

Resta claro que a Recorrente apresentou documentação suficiente para comprovar sua capacidade técnica operacional e profissional. Sendo que a decisão que levou à sua inabilitação foi equivocada e carece de revisão.

1.1) Da Irregular exigência de CAT e/ou ART na Capacidade Técnica da Empresa.

Conforme o entendimento consolidado dos Tribunais de Contas e do Tribunal de Contas da União (TCU), a exigência de CAT e/ou ART não pode ser interpretada de forma absoluta e irrestrita, sob pena de configurar formalismo excessivo, em desconformidade com os princípios da **razoabilidade e proporcionalidade**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Neste sentido, destaca-se os seguinte precedente:

“TC-033360/026/09

Contratante: Câmara Municipal da Estância Balneária de Santos.

Contratada: Ferreira Rosi Construção e Obras Ltda.

Abertura do Certame Licitatório por: Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal em 20-05-09.

Homologação e Despesa Autorizada por: Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal em 27-07-09.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Marcus Vinicius Gomes de Rosis (Presidente), José Lascano (1º Secretário) e Benedito Furtado de Andrade (2º Secretário).

Objeto: Serviços de geotecnia, para execução de projeto executivo, mapeamento geotécnico e obras de contenção, recuperação e estabilização de encostas, junto ao Monte Serrat, incluindo, material, equipamentos e mão de obra.

Em Julgamento: Licitação – Concorrência. Contrato celebrado em 27-07-09. Valor – R\$1.971.437,23. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, publicada(s) no D.O.E. de 15-04-10 e 18-06-10.

Advogado(s): Josemir Cunha Costa.

Fiscalizada por: GDF-8 - DSF-I.

Fiscalização atual: GDF-5 - DSF-I.

(...)

Da mesma maneira, a Administração contratante atrelou, indevidamente, a apresentação da CAT, documento referente à comprovação da capacidade técnico-profissional, com os atestados em nome da licitante.

A imposição editalícia de que os atestados de capacidade técnico-operacional estejam relacionados à CAT não encontra amparo na Lei 8.666/93, posto que o seu art. 30, § 1º, I, dispõe que este documento tem por finalidade comprovar exclusivamente a capacidade técnico-profissional do responsável técnico pela obra ou serviço.

A conduta do administrador, pelos elementos descritos nos autos, ofendeu aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da economicidade, estampados nos artigos 37, caput, e inciso XXI, e 70, caput, da Constituição Federal, bem como aos artigos 3º, 30, § 1º, e 31, III, e da Lei 8.666/93.

*Diante do exposto, tendo em conta o descumprimento aos dispositivos indicados, acompanho a manifestação da SDG e **VOTO PELA IRREGULARIDADE do procedimento licitatório** e do contrato em exame, determinando a expedição de ofício, nos termos do art. 2º, inciso XXVII, da Lei Complementar nº 709/93, para que o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santos, observado o prazo de 60 (sessenta) dias, informe esta Corte acerca das providências adotadas em face da irregularidade apurada.” (TCE/SP, TC-033360/026/09, Subst. Cons. Silvia Monteiro, Primeira Câmara, julgado em 14/08/2012) (grifos nossos)*

Portanto, a exigência irregular de comprovação da capacidade técnica-operacional com a apresentação de CAT e/ou ART, prejudicou a Recorrente no presente certame.

A questão da habilitação encontra sustentação na base constitucional do artigo 37, XXI, da Constituição Federal, que estabelece que o **"processo de licitação pública (...) só permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações"**. Por conseguinte, a etapa de habilitação visa, primordialmente, aferir a aptidão dos licitantes em executar, de forma adequada, o objeto da licitação, de modo que suas exigências devem ser limitadas a essa finalidade.

Sendo assim, a Administração não pode impor medidas restritivas ou exigências excessivas aos particulares além do estritamente necessário para atingir a finalidade pública desejada.

Ao contrário, é responsabilidade da Administração justificar em situações em que ela restrinja a forma de apresentação da documentação exigida. O rol de Habilitação Técnica Operacional no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, não deve ser interpretado como uma lista do que deve ser solicitado, mas como um limite máximo do que pode ser exigido, sempre em conformidade com o objeto da licitação. **Dessa forma, é possível pedir menos do que o previsto, mas nunca mais do que o necessário.**

Antes mesmo da vigência da Lei nº 14.133/2021, a exigência de CAT e/ou ART com atestados de capacidade operacional em nome da empresa, já era objeto de críticas e repelida pela jurisprudência do TCU, conforme evidenciado pelas seguintes decisões:

“Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara

Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a

execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011” (grifo nosso)

“Acórdão 655/2016 – Plenário

(...) dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara;” (grifo nosso)

Verifica-se que a exigência de Certificado de Acervo Técnico (CAT) e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) como meios de comprovação da capacidade técnica-operacional da empresa é incompatível com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade, consagrados tanto na Constituição Federal (art. 37, XXI) quanto na Lei nº 14.133/2021 (art. 5º). A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que tais exigências não podem ser interpretadas de forma absoluta, sob pena de configurar formalismo excessivo e restrições indevidas à participação de licitantes.

Portanto, a Recorrente teve sua capacidade técnica-operacional injustamente prejudicada pela exigência irregular de CAT e/ou ART, violando-se, assim, os princípios basilares do direito administrativo e as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

1.2) Da Possibilidade de Diligência para Suprir Documento.

Mesmo diante de todo o exposto, a inabilitação da LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, foi determinada devido à não aceitação do Atestado Técnico emitido pela Euro Construtora Ltda, referente à execução das obras de construção da quadra poliesportiva e reforma geral da ETEC Santa Fé do Sul, em razão da ausência de apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

O Atestado Técnico apresentado pela empresa já comprova, de forma clara e suficiente, a experiência da Recorrente na execução dos serviços equivalentes descritos no edital. A exigência da CAT e ART, nesse caso, configura-se como desproporcional e desnecessária, uma vez que o Atestado Técnico já atende ao objetivo de comprovar a capacidade técnica da empresa.

A exigência de documentos em licitações deve observar os princípios da **razoabilidade e proporcionalidade**, conforme estabelecido no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A exigência da CAT e/ou ART, sem justificativa técnica clara, viola esses princípios, pois impõe uma obrigação excessiva e desnecessária à empresa.

O Tribunal de Contas da União (TCU) e os tribunais judiciais têm entendido que

exigências desproporcionais em editais podem ser anuladas. No Acórdão nº 2303/2015, o TCU destacou que:

“...as exigências em editais devem ser adequadas ao objeto licitado e não podem impor ônus excessivos aos licitantes”. (TCU, Acórdão 2303/2015, Rel. José Mucio Monteiro, Plenário, julgado em 16/09/2015)

Conforme ensina o renomado doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello:

“as exigências em licitações devem guardar estrita relação com o objeto licitado, sob pena de violação aos princípios da administração pública” (Curso de Direito Administrativo, 35ª ed., p. 456) (grifo nosso)

Da mesma forma, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ressalta que:

“a exigência de documentos deve ser justificada técnica e legalmente, sob pena de caracterizar arbitrariedade” (Direito Administrativo, 32ª ed., p. 321) (grifo nosso)

Dessa forma, para garantir maior segurança, confiabilidade, transparência e lisura ao processo licitatório, a Ilustre Agente de Contratação poderia ter realizado diligências para esclarecer e suprir a ausência do documento da Recorrente, assegurando uma decisão mais fundamentada. Afinal, outras licitantes tiveram a oportunidade de complementar documentos relacionados à sua habilitação por meio de diligências solicitadas durante o certame.

As regras estabelecidas no edital demonstram a busca por um equilíbrio entre a rigidez necessária para garantir a transparência e isonomia do certame e a flexibilidade para evitar desclassificações excessivamente formais. O item 8.2.2.2 do edital define que, embora não seja permitido o envio de documentos após o prazo estipulado, há exceções que permitem a substituição ou complementação em sede de diligência, vejamos:

“8.2.2.2. Não será permitido o envio dos documentos para habilitação após o término do prazo para inseri-los na plataforma e início da sessão pública, entretanto, a substituição ou a apresentação de novos documentos poderão ser realizadas em sede de diligência, nas seguintes situações:

I – para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.2.2.2.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.” (grifo nosso)

Observa-se que o inciso I é especialmente relevante, pois **permite o esclarecimento ou complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que não alterem fatos preexistentes à abertura do certame. Evitando a exclusão de licitantes por meras dúvidas interpretativas.**

Além disso, o item 8.2.2.2.1 reforça a possibilidade de o Agente de Contratação sanar falhas formais nos documentos de habilitação. Essa previsão, garante que erros meramente procedimentais não prejudiquem a participação de licitantes qualificados, como ocorreu no caso da Recorrente.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 64, determina que a Administração deve realizar diligências para sanar falhas ou complementar documentos de habilitação sempre que possível, a fim de evitar penalização desnecessária dos licitantes:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.” (grifos nossos)

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente reconhecido que a Administração deve conceder oportunidade de saneamento documental antes de decidir pela inabilitação. Nesse sentido:

*“SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. **Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes...**” (TCU, Acórdão 1211/2021, Plenário, Rel. Walton Alencar Rodrigues, julgado em 26/05/2021) (grifos nossos)*

*“SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO DE EMPRESA LICITANTE. EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH). REFORMA HOSPITALAR. ALTERAÇÕES NA PROPOSTA VENCEDORA NA FASE DE DILIGÊNCIAS. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. POSSIBILIDADE DE AJUSTES FORMAIS E DE MENOR SIGNIFICÂNCIA. CIÊNCIA, COMUNICAÇÕES E ARQUIVAMENTO. 1. Erros de menor relevância no preenchimento da planilha de preços unitários não constituem motivo para a desclassificação de licitantes, desde que possam ser corrigidos sem causar majoração no preço global ofertado (Acórdão 898/2019-Plenário, relator: Ministro Benjamin Zymler). 2. **Não se justificam desclassificações de licitantes baseadas em falhas formais que possam ser sanadas na fase de diligências**, desde que tais correções não comprometam a isonomia e a competitividade do certame (Acórdão 357/2015-Plenário, relator: Ministro Bruno Dantas). 3. **A etapa de diligência pode ser empregada para complementar informações ou esclarecer fatos já existentes à época da abertura do certame**, sendo vedada a inclusão de novos documentos que modifiquem a essência da proposta ou tentem suprir omissões injustificáveis (Acórdão 3.141/2019-Plenário, relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues).” (TCU, Acórdão 572/2025, Segunda Câmara, Rel.: Jorge Oliveira, julgado em 04/02/2025) (grifos nossos)*

*“SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. DNIT/MT. INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA COM BASE EM ITENS ISOLADOS. **NÃO ACEITAÇÃO, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DE DOCUMENTAÇÃO PREEXISTENTE À ÉPOCA APRESENTADA EM SEDE DE DILIGÊNCIA.** CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE NATUREZA SATISFATIVA. OITIVA. DILIGÊNCIA. CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DAS DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL. **APRECIÇÃO NO PLENÁRIO DA MEDIDA CAUTELAR ADOTADA.***

Quanto aos documentos entregues pela licitante no âmbito das diligências realizadas pelo Dnit, há precedentes desta Corte no sentido de ser possível aproveitá-los, desde que atestem condições pré-existentes à abertura da sessão pública do certame, condição que, pelo que relata a instrução técnica, foi atendida no caso em análise.

Por essas razões, ante a elevada probabilidade do direito em questão, entendo que o caso comporta tutela cautelar de natureza satisfativa. Logo, em vez de determinar a suspensão do procedimento licitatório, conforme sugerido pela AudContratações, devem ser suspensos os efeitos do ato decisório do Superintendente Regional do DNIT/MT que desclassificou a Construtora Caiapó Ltda., restabelecendo a decisão do pregoeiro que habilitou a referida empresa e determinando o prosseguimento dos atos necessários à contratação.” (TCU, Acórdão 231/2025, Plenário, Rel.: Jhonatan de Jesus, julgado em 05/02/2025) (grifos nossos)

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) tem se posicionado, sobre a permissão de apresentação de documentos relacionados à capacidade técnica da empresa por meio de diligências. Vejamos:

“A C Ó R D Ã O

TC-017697.989.22-6

(ref. TC-020239.989.21-3)

Recorrente: Prefeitura Municipal de Capivari.

Assunto: Representação formulada por Roma Gases Ltda., acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 85/21, promovido pela Prefeitura

Municipal de Capivari, objetivando o registro de preços para locação de concentradores de oxigênio medicinal, aparelhos respiratórios, cilindros de aço e recargas de oxigênio medicinal, a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal da Saúde.

Responsável: Vitor Hugo Riccomini (Prefeito).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 28-07-22, que julgou procedente a representação e irregular a matéria, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 200 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Roger Pazianotto Antunes (OAB/SP nº 167.046), Renata Hortolani Fontolan (OAB/SP nº 189.331), Roberta Hortolani Fontolan (OAB/SP nº 221.006) e Daniel França de Macêdo Filho (OAB/SP nº 424.370).

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalização atual: UR-3.

RECURSO ORDINÁRIO. REPRESENTAÇÃO ACERCA DE IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS, JULGADA PROCEDENTE EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. FALTA DE INDICAÇÃO, NO EDITAL, DOS QUANTITATIVOS DE CAPACITAÇÃO OPERACIONAL DA EMPRESA. INABILITAÇÃO DE LICITANTE QUE APRESENTOU ATESTADOS TAMBÉM DESPROVIDOS DOS REFERIDOS QUANTITATIVOS. RAZÕES RECURSAIS REJEITADAS. A ADMINISTRAÇÃO NÃO ESTIPULOU A OBRIGATORIEDADE DE QUE OS LICITANTES INDICASSEM EM SEUS ATESTADOS OS QUANTITATIVOS DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR, INABILITANDO A LICITANTE SEM REALIZAR DILIGÊNCIA PARA VERIFICAR A DEVIDA ADEQUAÇÃO DOS DOCUMENTOS. PROVIMENTO PARCIAL. APENAS PARA O CANCELAMENTO DA MULTA APLICADA AO RESPONSÁVEL.

Em caso de dúvida relevante quanto à adequação dos Atestados, afigura-se obrigatória a realização da diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

VOTO DE MÉRITO

(...)

Todavia, em caso de dúvida relevante na Avaliação dos correspondentes Atestados, a Administração deve promover a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, como bem asseverou o d. MPC.

Confira-se a r. Decisão proferida sob minha Relatoria no TC014318/026/153:

“Do mesmo modo, como asseverou a Assessoria Técnica, a reconhecida doutrina apregoa a obrigatoriedade da realização de diligência no caso de dúvida relevante acerca da apresentação de atestados, até porque o item 6.3.6.1 do instrumento convocatório possibilitou que as autenticações fossem feitas pela equipe de apoio aos pregoeiros, mediante cotejo com o documento original”.

Vale dizer, no presente caso a Administração não fixou quantitativos e nem exigiu expressamente fossem eles indicados nos documentos a serem oferecidos pelos Proponentes.

Desse modo, a realização da mencionada diligência se revelaria como a única maneira de certificar a capacitação operacional da Representante, afigurando-se imprópria a respectiva eliminação sumária.” (TCE/SP, TC-017697.989.22-6 ref. TC-020239.989.21-3, Segunda Câmara, Rel.: Renato Martins Souza, julgado em 07/03/2023) (grifos nossos)

Portanto, a decisão de inabilitação da Recorrente viola diretamente a Lei de Licitações e a jurisprudência consolidada, uma vez, que não foi concedida a oportunidade de sanar a falha

documental por meio de diligência, especialmente no que tange à apresentação de documento complementar ao Atestado Técnico previamente apresentado.

2) DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL DA ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA.

Após a análise dos documentos de habilitação apresentados pela ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, a Ilustre Agente de Contratação entendeu por habilitar a empresa, visto que *“atendeu todas as exigências do edital, incluindo a capacidade técnica operacional e profissional necessárias para a execução do objeto”*.

Contudo conforme análise dos documentos apresentados pela referida empresa, verifica-se que ela não atendeu integralmente os requisitos do edital, especificamente no que tange à comprovação de capacidade técnica operacional e profissional para os serviços de maior relevância técnica exigidos.

Dos itens exigidos no edital para comprovação de capacidade técnica, a empresa ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA deixou de apresentar comprovação da sua capacidade técnica operacional para o seguinte item de maior relevância técnica: ***“Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”***, conforme estabelecido nos itens 7.6.1.4.1.1.b do edital e item d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar.

Além disso, a Recorrida não comprovou a capacidade técnica profissional de suas engenheiras responsáveis técnicas em relação a diversos itens de maior relevância técnica exigidos no edital, conforme exigidos nos itens 7.6.1.4.1.2.b do edital e item d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar.

Conforme o edital deste processo licitatório, em seus itens 7.6.1.4.1.1.b e 7.6.1.4.1.2.b, os quais tratam sobre os requisitos para comprovação técnica, são exigidos que a empresa deve comprovar sua aptidão técnica operacional e profissional através da apresentação de Atestados e Acervos de Responsabilidade Técnica que demonstrem a execução de serviços de maior relevância técnica ao objeto a ser licitado:

“7.6.1.4.1.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL: A documentação relativa à Capacidade Técnica Operacional consistirá em:

(...)

b) Comprovação de possuir em nome do Licitante, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica referente à execução de obras equivalentes a 50% das parcelas de maior relevância descritas na descritas na alínea d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar que é parte integrante deste edital e está nomeado como Anexo I do Termo de Referência , observando o nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Nº14.133/2021.” (grifos nossos)

“7.6.1.4.1.2. CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL: A documentação relativa à Capacidade Técnica Profissional consistirá em:

(...)

*b) **Comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços constantes na alínea d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar que é parte integrante deste edital e está nomeado como Anexo I do Termo de Referência, com a comprovação de sua disponibilidade para a execução do objeto.***” (grifos nossos)

Observa-se que ambos os itens de capacidade técnica exigem que a licitante comprove a capacidade técnica para os serviços constantes na alínea d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar, conforme demonstrado a seguir:

CRITÉRIOS DE RELEVÂNCIA					
SERVIÇO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE PROJETADA	QUANTIDADE NECESSÁRIA
1	1.6	Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro	M2	509,65	254,83
2	2.1	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	3708,16	1854,08
3	2.2	Telhamento em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, tipo sanduíche, espessura de 0,50 mm, com poliuretano	M2	463,52	231,76
4	2.3	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 26 - corte 0,50 m	M	330,08	165,04
5	2.4	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	M2	330,08	165,04
6	2.6	Emboço comum	M2	660,16	330,08

Ou seja, conforme estabelecido no quadro mencionado, os atestados apresentados pelas licitantes devem comprovar a execução dos serviços especificados em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total previsto na contratação. No caso do item “*Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro*”, que prevê a execução de 509,65m², a quantidade mínima a ser comprovada é de 254,83m².

No entanto, ao analisar os documentos de qualificação técnica apresentados pela ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, observa-se que não houve comprovação da execução do serviço de “*Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro*”.

A licitante ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, em sua tentativa de comprovar a capacidade técnica, apresentou um atestado referente à execução de **695,00m² de “Retirada de telhamento em barro”**, conforme consta na CAT/Atestado nº 2620150007064, emitido pela Secretaria Municipal de Obras, Rec. Hídricos e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Itaporanga/SP. Vejamos:



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, REC. HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE
GOVERNO MUNICIPAL - CIDADE DE ITAPORANGA

OBRA: REFORMA DO TELHADO DA E.M.CEL. VICENTE RUSSO DO AMARAL
ÁREA: 695,00 m²
MUNICÍPIO: ITAPORANGA/SP
LOCAL: CENTRO

PLANILHA ORÇAMENTARIA - FONTE CPOS FEV/2015

ITEM	CPOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	UNIT.R\$	TOTALR\$
1	040000	Retirada com provável reaproveitamento				5.573,90
1.1	040300	Retirada de telhado e proteção				
1.1.1	040302	Retirada de telhamento em barro	m ²	695,00	8,02	5.573,90
2	140000	Alvenaria				1.748,40
2.1	140400	Alvenaria com bloco cerâmico de vedação				
2.1.1	140421	Alvenaria com bloco cerâmico de vedação, uso revestido de 14 cm	m ²	40,00	43,71	1.748,40
3	170000	Revestimento em massa e/ou fundido no local				874,00
3.1	170200	Revestimento em massa				
3.1.1	170202	Chapisco	m ²	40,00	3,85	154,00
3.1.2	170212	Emboço comum	m ²	40,00	11,37	454,80
3.1.3	170222	Reboco	m ²	40,00	6,63	265,20
4	330000	Pintura				579,60
4.1	331000	Pintura em superfície de concreto/massa/gesso/pedra, inclusive preparo				
4.1.1	331005	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	m ²	40,00	14,49	579,60
5	150000	Estrutura em madeira, ferro, alumínio e concreto				20.704,05
5.1	150100	Estrutura em madeira para cobertura				
5.1.1	150112	Estrutura de madeira tesourada para telha perfil ond.-vãos 7,01 a 10,00m	m ²	347,50	59,58	20.704,05
6	160000	Telhamento				37.483,21
6.1	161000	Telhamento em madeira, ou fibra vegetal				
6.1.1	161002	Telha em fibra vegetal, perfil ondulado com espessura de 3mm	m ²	695,00	47,30	32.873,50
6.1.2	161010	Cumeeira em fibra vegetal, lisa com espessura de 3mm	m	11,00	59,21	651,31
6.2	163300	Calhas e Rufos				
6.2.1	163302	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 corte 0,33m	m	80,00	49,48	3.958,40
CUSTO TOTAL DO EMPREENDIMENTO						66.963,16

Itaporanga, 28 de abril de 2015.



FRACIANE TEODORO PERES
CARGO ENGENHEIRO CIVIL
CREA/SP:5061483235

Fone: (15) 3565-1397 (ramal 4) - E-mail: engenharia@itaporanga.sp.gov.br
Rua Bom Jesus, 738 - Centro - CEP: 18.480-000 - ITAPORANGA - Estado de São Paulo

É possível observar que a execução do serviço de *“Retirada de telhamento em barro”* é completamente distinta da execução de *“Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”*. O serviço apresentado pela Recorrida não demonstra a realização de execução similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao item exigido no edital, não atendendo, portanto, aos requisitos estabelecidos.

Para comprovar as alegações desta Recorrente, consideramos o atestado apresentado pela Recorrida, que demonstra a execução do serviço de *“Retirada de telhamento em barro”*, com base nos critérios de medição do antigo *“Boletim Referencial de Preços e Serviços da CPOS”*, agora denominado *“Boletim Referencial Preços e Serviços da CDHU”*. Esse boletim estabelece as características técnicas para a execução de serviços específicos. A seguir, apresentamos o critério de medição e execução do item *“Retirada de telhamento em barro”*:

“04.03.020 Retirada de telhamento em barro

1) Será medido pela área de cobertura em projeção horizontal (m²), com os acréscimos:

- a) 5% para cobertura de 18% a 27% de inclinação;*
- b) 8% para cobertura de 28% a 38% de inclinação;*
- c) 12% para cobertura de 39% a 50% de inclinação.*

2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária para a retirada completa das telhas de barro, inclusive elementos de fixação, a seleção e a guarda das peças reaproveitáveis.” (Fonte: Boletim Referencial de Preços CDHU – Critério de Medição e Remuneração nº 196, pág. 80) (grifos nossos)

Para efeitos de comparação, apresentamos também o critério de medição e as características de execução do item exigido no edital, *“Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”*:

“04.02.050 Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro

1) Será medido pela área de cobertura em projeção horizontal (m²).

2) O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária para a retirada completa da estrutura de madeira, em tesoura, para telhas de barro, a seleção e a guarda das peças reaproveitáveis.” (Fonte: Boletim Referencial de Preços CDHU – Critério de Medição e Remuneração nº 196, pág. 79) (grifos nossos)

Ao comparar os itens acima, observa-se há diferenças significativas em sua complexidade e escopo de execução. O item *“Retirada de telhamento em barro”*, limita-se à retirada das telhas e seus elementos de fixação, como pregos e parafusos; enquanto o item *“Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”*, exige a retirada completa da estrutura de madeira em tesoura, o que demanda maior complexidade tecnológica e operacional.

Portanto, os serviços não são compatíveis, uma vez que a execução de *“Retirada de telhamento em barro”* não abrange a remoção da estrutura de madeira, elemento central do item exigido no edital. Dessa forma, o atestado apresentado pela ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA não comprova capacidade técnica para executar o serviço de maior complexidade previsto no edital.

Da mesma forma, a Recorrida não conseguiu comprovar a capacidade técnica profissional de seus responsáveis técnicos, conforme exigido nos itens 7.6.1.4.1.2.b do edital e item d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar.

A empresa ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, por meio da apresentação da Declaração de Capacidade Técnica Profissional – Anexo VIII do Edital, indicou as Sras. Paula Janaina Cavagnha, engenheira civil e Fábيا Roberta Pereira Eleutério de Oliveira, engenheira civil, como as responsáveis técnicas, caso fosse vencedora da licitação.

Conforme estabelecido na alínea “e” do item 7.6.1.4.1.2 do edital, a empresa deveria apresentar os acervos técnicos dos profissionais indicados, devidamente acervados pelo CREA e/ou CAU, com comprovação de execução dos serviços constantes na alínea “b” do item 7.6.1.4.1.1 do edital e item d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar.

Diante disso, esta Recorrente analisou novamente os atestados e certidões de acervos técnicos apresentados pela ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, concluindo que as profissionais indicadas pela Recorrida, não atenderam à exigência de comprovar capacidade técnica para todos os itens de maior relevância exigidos no edital.

Para ilustrar, apresentamos a seguir um quadro comparativo dos itens atendidos e não atendidos pelas profissionais, com base nos atestados técnicos apresentados:

Item	Descrição dos Serviços	Comprovação pela Eng. Civil Paula Janaina	Comprovação pela Eng. Civil Fábيا Roberta
1	Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro	NÃO	NÃO
2	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	NÃO	SIM
3	Telhamento em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, tipo sanduíche, espessura de 0,50 mm, com poliuretano	NÃO	SIM
4	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 26 - corte 0,50 m	SIM	SIM
5	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	SIM	SIM
6	Emboço comum	SIM	SIM

O quadro acima demonstra que as profissionais indicadas pela ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA não comprovaram capacidade técnica para todos os itens de maior relevância exigidos no edital. Em particular, nenhuma das engenheiras comprovou experiência na execução do item 1, **“Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”**, que é um dos serviços de maior complexidade técnica.

Além disso, a Eng. Civil Paula Janaina não apresentou comprovação para os itens 2 e 3, que envolvem **“fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36”** e **“telhamento em chapa de aço pré-pintada”**, respectivamente. Embora a Eng. Civil Fábيا Roberta tenha comprovado experiência nesses dois itens, a falta de comprovação em relação ao item 1, que é essencial, compromete a capacidade técnica geral da empresa.

Portanto, fica evidenciado que a ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA **não comprovou a capacidade técnica de seus profissionais para atender integralmente às exigências do edital**, especialmente no que diz respeito aos itens de maior complexidade e relevância técnica.

Segundo o art. 67, da Lei nº 14.133/2021, a documentação relativa à qualificação técnica deve incluir:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

*I - **apresentação de profissional**, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, para fins de contratação;*

*II - **certidões ou atestados**, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (grifos nossos)

A aceitação da comprovação técnica da Recorrida, conforme foi apresentada, frustra o caráter competitivo da licitação, pois é indispensável que o licitante comprove ter aptidão para a execução de atividade compatível com o objeto licitado. Isso porque a Administração Pública ao promover processo licitatório além de contratar com empresas idôneas deve, sempre, primar pelas garantias que visam proteger o erário de eventuais prejuízos.

Nesse contexto, diversos Tribunais já consolidaram os seguintes entendimentos jurisprudenciais:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - INABILITAÇÃO - LEGALIDADE – RECURSO DESPROVIDO.

*1. **A exigência relativa à "capacidade técnica" não frustra o caráter competitivo da licitação, mas, ao contrário, se justifica porque é indispensável que o licitante comprove ter aptidão para a execução de atividade compatível com o objeto licitado.***

2. Inexistindo prova pré-constituída suficiente a evidenciar que a impetrante possui em seus quadros de funcionários uma estrutura compatível com a execução dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública, não há direito líquido e certo e, portanto, em ilegalidade do ato impugnado, cuja presunção de legitimidade e de veracidade milita em seu favor.” (TJ-MG - AC: 10440170019721001 MG, Relator: Edilson Olímpio Fernandes, Data de Julgamento: 02/04/2019, Data de Publicação: 12/04/2019). (grifo nosso)

“REMESSA NECESSÁRIA MANDADO DE SEGURANÇA

Impetrante que objetiva a anulação de ato administrativo que habilitou e adjudicou o objeto do certame à empresa que não comprovou sua capacidade técnica nos termos exigidos pelo edital - Exigência que não ofende o princípio da razoabilidade, pois não se trata de exigir do licitante comprovação de atividade secundária ou irrelevante, mas sim de itens que, em conjunto, formam o próprio objeto licitado - Art. 67 da Lei 14.133/2021 - Precedente do STJ - Súmula nº 24 do TCE/SP – Empresa vencedora que não demonstrou sua capacidade técnica – Anulação do ato administrativo que é de rigor - Direito líquido certo configurado - Sentença mantida - Precedentes desta E. Corte Bandeirante - REMESSA NECESSÁRIA DESACOLHIDA.” (Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP - Remessa Necessária Cível: 1003290-67.2023.8.26.0400 Olímpia) (grifos nossos)

“Apelação Cível - Mandado de segurança - Licitação – Pretensão mandamental voltada ao afastamento de ato supostamente coator que inabilitou a empresa impetrante do certame para a contratação de serviços de engenharia – Ausência de direito líquido e certo - Inabilitação de empresa licitante por apresentar documento (certidão) que não comprova a capacidade técnica exigida no Edital – Ato administrativo mantido - Aplicação do artigo 30, inciso II da Lei nº 8.666/1993 - Aptidão técnica não comprovada - Sentença mantida. Recurso não provido.” (TJSP; Apelação Cível 1019165-66.2014.8.26.0053; Relator (a): Marrey Uint; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes -4ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 18/09/2018; Data de Registro:21/09/2018) (grifos nossos)

Sem grande esforço, é possível constatar que a empresa ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA não apresentou Atestado de Capacidade Técnica compatível para a execução de *“Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”*, razão pela qual deve ser prontamente declarada **INABILITADA**.

É direito e dever da Administração Pública exigir Atestados de Capacidade Técnica em seus editais, principalmente como forma de resguardar o interesse público e garantir a execução adequada dos serviços contratados.

É amplamente reconhecido, em nosso ordenamento jurídico pátrio, que uma proposta com valor mais baixo não necessariamente representa a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Esse entendimento aplica-se perfeitamente ao caso em questão. A empresa ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA pode ter apresentado o menor preço, mas não comprovou Capacidade Técnica para executar os serviços de maior relevância técnica exigidos no certame, o que compromete a qualidade e a segurança.

Destarte, manter a habilitação da Recorrida no certame viola expressamente a Lei de Licitações, em especial o Art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de comprovação de qualificação técnica como requisito essencial para a habilitação. Diante disso, é imperativo que a empresa seja inabilitada, permitindo que uma empresa com expertise comprovada assuma a execução dos serviços, sempre com o Interesse Público como prioridade.

Como é evidente, o Agente de Contratação e a equipe de apoio à licitação não encontrarão na documentação apresentada pela ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA a comprovação integral da qualificação técnica necessária para os serviços objeto do certame.

Ressalta-se que essa petição não tem o intuito de ofender a integridade da empresa Recorrida ou desta respeitável equipe de Licitação, mas sim, de esclarecer os possíveis equívocos, saná-los e, assim, garantir que seja escolhida a Proposta Mais Vantajosa para a Prefeitura do Município de Taguaí.

Confiamos que esta Ilustre Agente de Contratação, sua competente equipe de apoio e a Autoridade Superior adotarão as medidas necessárias para sanar os equívocos identificados e inabilitar a empresa ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, que não comprovou a sua Capacidade Técnica Operacional e Profissional, por meio dos atestados compatíveis com todos os serviços relevantes do objeto do certame.

DOS PEDIDOS

Diante os fatos narrados e nas razões de direito expedidas, a LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA **REQUER** que o presente recurso administrativo seja recebido e julgado **totalmente procedente**, para fins de que:

a) Seja o presente recurso **DECLARADO TEMPESTIVO E RECEBIDO** para produção de seus efeitos jurídicos, por ter sido protocolado antes do prazo fatal, conforme entabulado no artigo 165, inciso I, alínea “c”, da Lei de Licitações nº 14.133/2021;

b) Nos termos do §2º, do artigo 165, da Lei 14.133/2021, a Ilustre Agente de Contratação **RECONSIDERE** a decisão de julgamento da habilitação para, especificamente, determinar a **HABILITAÇÃO** da empresa **LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA**, para a fase seguinte da Concorrência nº 04/2024, haja vista que a documentação apresentada **comprova à sua capacidade técnica operacional e profissional, em consonância com as previsões editalícias e legislações vigentes;**

c) **DECLARE INABILITADA** a empresa **ROMA CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA**, pela infração aos itens 7.6.1.4.1.1.b, 7.6.1.4.1.2.b do edital, ao item d.1, cláusula III do Estudo Técnico Preliminar e ao art. 67, da Lei 14.133/2021, **deixando de comprovar a qualificação técnica operacional e profissional necessárias para os itens de maior relevância técnica, em especial, ao item de “Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro”, e**

d) **REQUER** que a **LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA** seja intimada da decisão do presente recurso, no endereço eletrônico: librasconstrutora@gmail.com, caso Vossa Senhoria não entenda assim, **REQUER** que seja levado o presente RECURSO à apreciação da autoridade superior, nos termos art. 165, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual certamente o acolherá, contando que seu deferimento mantenha preservados os princípios da legalidade, da razoabilidade, do julgamento objetivo, da vinculação ao edital e da economicidade, tudo para satisfação do interesse público, objetivo maior da Administração Pública. **No entanto, em última e indesejada hipótese**, não obtendo a RECORRENTE sucesso no presente pedido, a fim de buscar à satisfação de seu direito,

impetrará mandado de segurança no Poder Judiciário, visando a suspensão do certame até a deliberação do juízo acerca do caso.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Estância Turística de Piraju/SP, 24 de fevereiro de 2025.

LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA
Lázaro José Francisco Netto
Sócio Administrador
RG: 46.148.535-7
CPF: 400.241.508-27

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO													
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN															
2 e 1 NOME E SOBRENOME LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO				1ª HABILITAÇÃO 27/08/2014											
															
															
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 28/01/1990, PIRAJU, SP															
4a DATA EMISSÃO 23/05/2024	4b VALIDADE 22/05/2034	ACC 	D												
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 461485357 SSP SP															
4d CPF 400.241.508-27	5 Nº REGISTRO 06b1859620	3 CAT HAB 8													
NACIONALIDADE BRASILEIRO															
FILIAÇÃO EDUARDO IRINEU FRANCISCO															
					ROSANGELA APARECIDA FIORE										
															
					7 ASSINATURA DO PORTADOR										

2809923894

SÃO PAULO

TRANSPORTE

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		22/05/2034	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL

PIRAJU, SP

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

85134618555

SP024638876

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and surname / Nome y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DDM/YYY/YYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DDM/YYY/YYY / Fecha de Emisión - 4a. Data de Validade / Expiration Date DDM/YYY/YYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA061618596<204<<<<<<<<<<
9001284M3405226BRA<<<<<<<<<<2
LAZARO<<JOSE<FRANCISCO<NETTO<<

JUCESP

21 07 21

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA



JUCESP PROTOCOLO
0.635.992/21-8



LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA

CNPJ/MF nº 21.651.342/0001-41

1 – FABIO FABRIZZI, brasileiro, empresário, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 148.141.118-78 e portador da CI/RG nº 21.348.896-6 SSP/SP, residente na Rua Genésio Ferreira Valin, nº 141, Residencial Monte Belo, Município de PIRAJU – SP, CEP 18.807-356.

2 – LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO, brasileiro, engenheiro civil com CREA/SP sob nº 5069231579, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 400.241.508-27 e portador da CI/RG nº 46.148.535-7 SSP/SP, data de nascimento 28/01/1990, residente à Rua Geralda Francisco de Souza, nº 119, Jardim São Francisco, Município de PIRAJU – SP, CEP 18.807-394.

Únicos sócios da empresa denominada LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, constituída por instrumento particular devidamente arquivado na Jucesp, sob o nº 3522893233-4 em sessão de 09/01/2015, com sede na RUA CEL. JOAQUIM TEOTONIO DE ARAUJO, nº 174, SALA12, Edifício PIRAJU, PIRAJU-SP, CEP 18.800-031, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21.651.342/0001-41, tem entre si justo e contratado, alteração do Contrato Social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CIVIL DAS
IS E DE
S DA SEDE
AJU - SP
D, 217

1125
cini

A [Signature] [Signature]

DUCEP
21 07 21

Primeira – Neste ato será admitido o sócio NICOLAS ASSIS FABRIZZI, brasileiro, maior, solteiro, empresário, data de nascimento 25/05/2000, inscrito no CPF/MF sob o nº 423.827.498-90 e portador da CI/RG nº 54.279.092-0 SSP/SP, residente na Rua Genésio Ferreira Valin, nº 141, Residencial Monte Belo, Município de PIRAJU – SP, CEP 18.807-356, integralizando neste ato em moeda corrente no país, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Segunda – O capital social é elevado neste ato para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento esta integralizado em moeda corrente no país. Face às alterações, fica assim o novo capital social distribuído entre os sócios:

Nome	quotas	%	R\$
NICOLAS ASSIS FABRIZZI	50.000	50	50.000,00
FABIO FABRIZZI	49.000	49	49.000,00
LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO	1.000	01	1.000,00
TOTAL	100.000	100	100.000,00

Terceira - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Quarta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Quinta – A retirada mensal, a título de "pró labore", que era feita pelos sócios, FABIO FABRIZZI e LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO, passa a ser feita somente pelo sócio, NICOLAS ASSIS FABRIZZI, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DUCESP
21 07 21

Sexta – A administração da sociedade que cabia aos sócios, FABIO FABRIZZI e LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO, passa a ser feita somente pelo sócio NICOLAS ASSIS FABRIZZI, *de forma isolada*, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

Sétima – O Administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Oitava – Diante da mudança no CEP ocorrido neste município, fica atualizado o endereço da empresa para RUA CEL. JOAQUIM TEOTONIO DE ARAUJO, nº 174, SALA 12, Edifício PIRAJU, PIRAJU - SP, CEP 18.800-031.

Nona – Neste ato, o objeto social da empresa fica alterado para:

- a) Serviços de Construção, Reformas e Ampliação de Edificações;
- b) Execução de Serviços de Instalação Elétrica e Estrutura Metálica;
- c) Obras de Saneamento Básico, de Urbanização e Paisagismo;
- d) Obras de Pavimentação;
- e) Serviços de Cartografia, Topografia e Geodésia;
- f) Perfurações e Sondagens;
- g) Instalação e Manutenção de Centrais de Ar Condicionado, de Ventilação e Refrigeração;
- h) Instalação de Sistema de Prevenção Contra Incêndio;
- i) Locação de Andaimes e Maquinas e Equipamentos para Construção Sem Operador;
- j) Perfuração e Construção de Poços de Água;
- k) Comércio e Instalação de Placas Fotovoltaicas(Energia Solar);
- l) Projetos de Engenharia.

LIBRAS P
21 07 21

Os sócios resolvem dar nova redação ao contrato social da empresa, consolidando e tornando assim sem efeito a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no Contrato de constituição e posteriores alterações, que passa a ter a seguinte disposição:

LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA

CNPJ/MF nº 21.651.342/0001-41

Primeira - A sociedade gira sob o nome empresarial de **LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA**, com sede na cidade de PIRAJU Estado de SÃO PAULO, CEP 18.800-031, na RUA CEL. JOAQUIM TEOTONIO DE ARAUJO, nº 174, SALA12, Edifício PIRAJU, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21.651.342/0001-41, com registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 3522893233-4 em sessão de 09/01/2015.

Segunda - O Objeto social da matriz será:

- a) Serviços de Construção, Reformas e Ampliação de Edificações;
- b) Execução de Serviços de Instalação Elétrica e Estrutura Metálica;
- c) Obras de Saneamento Básico, de Urbanização e Paisagismo;
- d) Obras de Pavimentação;
- e) Serviços de Cartografia, Topografia e Geodésia;
- f) Perfurações e Sondagens;
- g) Instalação e Manutenção de Centrais de Ar Condicionado, de Ventilação e Refrigeração;
- h) Instalação de Sistema de Prevenção Contra Incêndio;
- i) Locação de Andaimos e Maquinas e Equipamentos para Construção Sem Operador;
- j) Perfuração e Construção de Poços de Água;
- k) Comércio e Instalação de Placas Fotovoltaicas(Energia Solar);
- l) Projetos de Engenharia.

Terceira - O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, e assim distribuídos entre os sócios:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the letters 'NF'.

010050P

21 07 2014

Nome	quotas	%	R\$
NICOLAS ASSIS FABRIZZI	50.000	50	50.000,00
FABIO FABRIZZI	49.000	49	49.000,00
LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO	1.000	01	1.000,00
TOTAL	100.000	100	100.000,00

Quarta - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Quinta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Sexta - A sociedade iniciou suas atividades em 16 de DEZEMBRO de 2.014 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Sétima - A sociedade será Administrada por NICOLAS ASSIS FABRIZZI e caberá ao administrador, assinando isoladamente a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para:

a) representar a sociedade em juízo e/ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

b) assinar quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive cheques, escrituras, títulos de dívidas, cambiais, ordens de pagamentos e outros.

Parágrafo Primeiro - As procurações outorgadas pela sociedade deverão ser assinadas pelos administradores e, além de mencionar expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado.

Parágrafo Segundo - A alienação ou oneração de bens imóveis somente poderá efetivar-se mediante a aprovação dos sócios, representando a totalidade do capital social.

LUCEAP

Parágrafo Terceiro - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer um dos sócios, procuradores ou funcionários que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando previamente aprovado pelos sócios, representando a totalidade do capital social.

Oitava - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Nona - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Décima - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Décima Primeira - O sócio NICOLAS ASSIS FABRIZZI terá uma retirada a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Décima Segunda - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva com relação aos seus sócios.

Décima Terceira - O administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



Décima Quarta - Fica eleito o foro de PIRAJU-SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 vias, na presença de duas testemunhas.

PIRAJU (SP), 01 de MARÇO de 2.021.

Nicolas Assis Fabrizzi



NICOLAS ASSIS FABRIZZI

RECONHECIMENTO
DE FIRMA
CONSTA NO VERSO

FABIO FABRIZZI

FABIO FABRIZZI

LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO

LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO

Testemunhas:

Vadimir dos Santos Gama
VADIMIR DOS SANTOS GAMA
CI/RG Nº 28.530.600-5 SSP/SP
CPF Nº 265.178.608-00

Marcia Aparecida Todero Cassanho
MARCIA APARECIDA TODERO CASSANHO
CI/RG Nº 20.095.717 SSP/SP
CPF Nº 162.061.108-26



JUCESP

21 JUL 2021

JUCESP

630812
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E INTERDIÇÕES E TUTELAS
FERNANDO PALLAVICINI - OFICIAL
RUA MAJOR MARIANO, 217 Fone: (14) 3351-1125

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de, 01 firma de NICOLAS ASSIS
FABRIZZI, em documento com valor econômico, do qual dou fé.
Piraju, 9 de junho de 2021 14809/76-8
R\$ 10,40

MARIELLE GOMES FONSECA - Escrevente Autorizada
0758AA0011631 - FICV

Mariele Gomes Fonseca
Escrevente Autorizada

RECONHECIMENTO
DE FIRMA
CONSTA NO VERSO



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

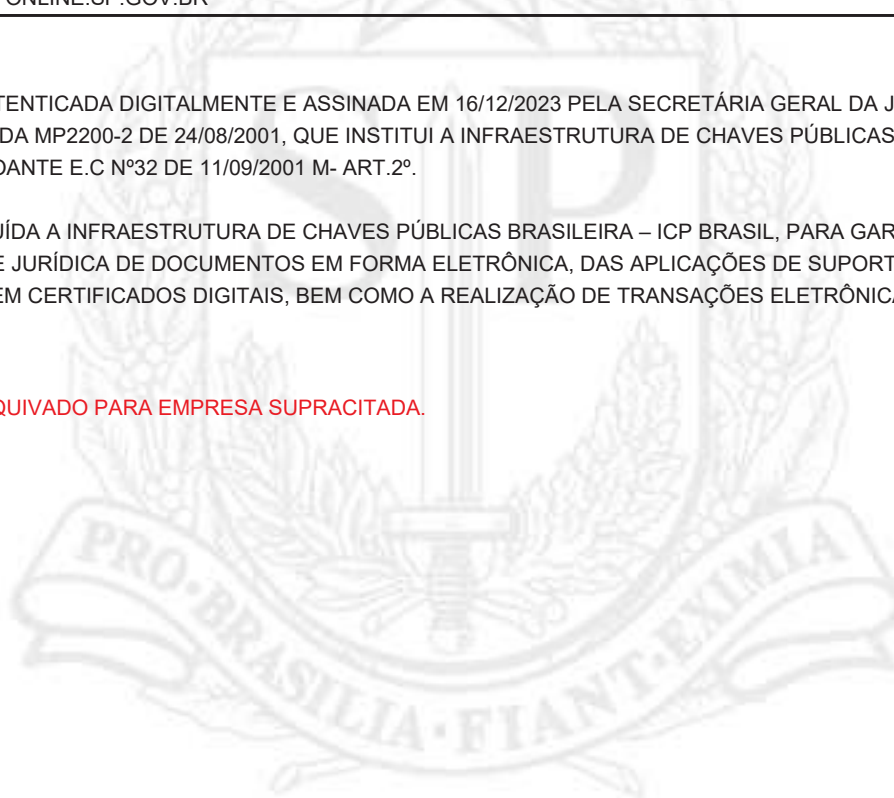
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)	
NIRE 35228932334	CNPJ 21.651.342/0001-41	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.078.746/23-0	DATA DO ARQUIVAMENTO 15/05/2023

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 16/12/2023	HORA DE EXPEDIÇÃO 19:07:18	CÓDIGO DE CONTROLE 226955287
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 16/12/2023 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPN2351324442



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Alteração de Capital e QSA		
NOME EMPRESARIAL LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA		PORTE ME
LOGRADOURO RUA CORONEL JOAQUIM TEOTONIO DE ARAUJO		NÚMERO 174
COMPLEMENTO S12 ED PIRAJU	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 18800021
MUNICÍPIO PIRAJU		UF SP
E-MAIL gama@escritoriopadrao.com.br		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE 21651342000141	NIRE - SEDE 35228932334
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: VADIMIR DOS SANTOS GAMA - Responsável DATA ASSINATURA: 05/05/23 ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 195,28 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

04/05/2023

Página 1 de 1



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA

LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA

CNPJ/MF nº 21.651.342/0001-41

1 – FABIO FABRIZZI, brasileiro, empresário, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 148.141.118-78 e portador da CI/RG nº 21.348.896-6 SSP/SP, residente na Rua Genésio Ferreira Valin, nº 141, Residencial Monte Belo, Município de PIRAJU – SP, CEP 18.807-356.

2 – LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO, brasileiro, engenheiro civil com CREA/SP sob nº 5069231579, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 400.241.508-27 e portador da CI/RG nº 46.148.535-7 SSP/SP, data de nascimento 28/01/1990, residente à Rua Geralda Francisco de Souza, nº 119, Jardim São Francisco, Município de PIRAJU – SP, CEP 18.807-394.

3 – NICOLAS ASSIS FABRIZZI, brasileiro, maior, solteiro, empresário, data de nascimento 25/05/2000, inscrito no CPF/MF sob o nº 423.827.498-90 e portador da CI/RG nº 54.279.092-0 SSP/SP, residente na Rua Genésio Ferreira Valin, nº 141, Residencial Monte Belo, Município de PIRAJU – SP, CEP 18.807-356.

Únicos sócios da empresa denominada LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, constituída por instrumento particular devidamente arquivado na Jucesp, sob o nº 3522893233-4 em sessão de 09/01/2015, com sede na RUA CEL. JOAQUIM TEOTONIO DE ARAUJO, nº 174, SALA12, Edifício PIRAJU, PIRAJU-SP, CEP 18.800-021, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21.651.342/0001-41, tem entre si justo e contratado, alteração do Contrato Social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Primeira – Neste ato retira-se da sociedade o sócio NICOLAS ASSIS FABRIZZI, já qualificado anteriormente, cedendo suas 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ao sócio remanescente FABIO FABRIZZI.

Parágrafo único - Por este ato o sócio que se retira da sociedade dá a mais ampla e rasa quitação de seus direitos, nada mais tendo a reclamar em tempo algum quanto a seus direitos na sociedade.

Segunda – O capital social permanece em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizado em moeda corrente no país. Face às alterações, o capital social fica distribuído entre os sócios conforme abaixo:

Nome	quotas	%	R\$
FABIO FABRIZZI	99.000	99	99.000,00
LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO	1.000	01	1.000,00
TOTAL	100.000	100	100.000,00

Terceira - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Quarta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a qual fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Quinta – A retirada mensal, a título de "pró labore", passa a ser feita somente pelo sócio, LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Sexta – A administração da sociedade passa a ser feita somente pelo sócio LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO, *de forma isolada*, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Sétima – O Administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Oitava – Ficam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social de alteração consolidado conforme registro 353.842/21-7 de 21 de Julho de 2021, não alteradas por este instrumento.

Lavrado, lido, conferido, compreendido, elaborado de conformidade e nos termos, condições e intenção propostas pelo ex-sócio e pelos sócios remanescentes ora presentes e que os mesmos assinem e rubriquem este instrumento, assumindo integralmente as responsabilidades legais decorrentes do presente ato, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

PIRAJU (SP), 17 de ABRIL de 2.023.



FABIO FABRIZZI



LAZARO JOSE FRANCISCO NETTO



NICOLAS ASSIS FABRIZZI



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **VADIMIR DOS SANTOS GAMA** com inscrição ativa na(o) Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº **1SP252563**, expedida em **22/01/2007**, inscrito no CPF nº 26517860800, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

Arquivo de Outros (Docs. privados)

Arquivo de Alteração

São Paulo, 08/05/2023.

VADIMIR DOS SANTOS GAMA

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPN2351324442** de Alteração de Capital e QSA da empresa **LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA.**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Marcelo José Duarte Lopes**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 15/05/2023.

Marcelo José Duarte Lopes, CPF: 30520265858

Este documento foi assinado digitalmente por Marcelo José Duarte Lopes e é parte integrante sob o protocolo Nº SPN2351324442.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA de NIRE 35228932334**, protocolizado sob o número **SPN2351324442** em **15/05/2023**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1078746230**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Gisela Simiema Ceschin**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 15/05/2023.

Gisela Simiema Ceschin, CPF: 31134372884

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP

Fone: (11) 3468-3080



Certifico o registro sob o nº 1.078.746/23-0 em 15/05/2023 da empresa LIBRAS PROJECT BUILDING LTDA, NIRE nº 35228932334, protocolado sob o nº SPN2351324442. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 226955287. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesp.sp.gov.br.

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 17/04/2023 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
---------------	-----	-------------	-------------

Arquivo de Declaração de Autenticidade.pdf

VADIMIR DOS SANTOS GAMA	26517860800	08/05/23 17:33	AC Notarial RFB G4 / PDF-1.4
----------------------------	-------------	----------------	------------------------------

Arquivo de Outros (5).pdf

VADIMIR DOS SANTOS GAMA	26517860800	08/05/23 17:33	AC Notarial RFB G4 / PDF-1.4
----------------------------	-------------	----------------	------------------------------

Arquivo de Alteracao (2).pdf

VADIMIR DOS SANTOS GAMA	26517860800	08/05/23 17:33	AC Notarial RFB G4 / PDF-1.4
----------------------------	-------------	----------------	------------------------------

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPN2351324442